

# PROTEGENDO SERVIÇOS AMBIENTAIS: O CASO DE CDORB NO NORTE DE MINDANAO, FILIPINAS

*Hilly Ann Roa-Quiaoit, Ph.D., Yashimera L. Maape*

Com a degradação de nossos recursos naturais, o governo filipino priorizou 18 bacias hidrográficas do país e defendeu sua gestão, incluindo a bacia do rio Cagayan de Oro (CDORB) no norte de Mindanao.



A Bacia do Rio Cagayan de Oro (CDORB) tem uma área total de aproximadamente 138.000 ha cobrindo os municípios de Baungon, Libona e Talakag em Bukidnon, Cagayan de Oro City em Misamis Oriental e uma pequena porção da cidade Iligan em Lanao del Norte. A bacia começa nas áreas a montante das bacias hidrográficas dos montes Kalatungan e Kitanglad (carinhosamente chamado de KitKat) nas cordilheiras da província de Bukidnon. Essas cadeias de montanhas têm fortes laços culturais, históricos e biológicos. Kitkat também é bastante conhecido como o domínio ancestral das três principais tribos indígenas da província, Talaandig, Higaonon e Bukidnon.

O monte Kitanglad, com uma altitude de 2.899 metros acima do nível do mar, é considerado o terceiro pico mais alto do país, enquanto o Monte Kalatungan é considerado o quinto mais alto, com uma altura de 2.287 metros acima do nível do mar. Essas duas cadeias de montanhas são o lar de algumas das espécies ecologicamente importantes do mundo, hospedando mais de 600 espécies raras e endêmicas, entre elas a águia filipina, criticamente ameaçada de extinção, e o tárccio filipino, dependente de conservação. O Monte Kitanglad também é o lar da *Rafflesia schadenbergiana*, a segunda maior flor do mundo.



Em meio à beleza, os montes Kalatungan e Kitanglad há muito enfrentam ameaças ambientais, como exploração ilegal de madeira, caça de espécies ameaçadas de extinção e a conversão dos limites da floresta em fazendas e concessionárias de negócios. Esses problemas permaneceram invisíveis nos últimos anos, até dezembro de 2011, quando o norte de Mindanao foi atingido pelo devastador tufão Washi (localmente Sendong), causando fortes chuvas, deslizamentos de terra e inundações na bacia do rio Cagayan de Oro, onde aproximadamente 1.300 pessoas morreram e os danos à infraestrutura, agricultura e propriedade privada são calculados em mais de 2 bilhões de PHP (cerca de 44 milhões de dólares). Este foi o uivo clamoroso das duas montanhas após décadas de abandono, um terrível alerta para o povo.

Agora, com o crescimento recente do foco em abordagens paisagísticas na gestão de recursos e proteção ambiental, o papel e a relevância da abordagem multissetorial estão se tornando expressivos. O Conselho de Gestão da Bacia do Rio Cagayan de Oro (CDORBMC) é um modelo de plataforma com múltiplos atores interessados em governança ambiental. Criado em 2010, sob a liderança da Arquidiocese de Cagayan de Oro e do Departamento Regional de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DENR 10), muitas das bacias hidrográficas do país estão seguindo este exemplo e modelando sua estrutura para a configuração atual do CDORBMC. Entretanto, a singularidade do CDORBMC é a sua aliança com três órgãos de gestão existentes em todo o cenário terrestre e marinho, nomeadamente a Aliança para o Desenvolvimento da Baía de Macajalar (MBDA), o Conselho de Gestão da Bacia do Rio Cagayan de Oro (CDORBMC) e o Conselho de Gestão da Bacia do Rio Tagoloan (TRBMC).





O Conselho se aventurou a sustentar o crescimento verde, valorizando os serviços do ecossistema, socialmente comercializados como VEST - Valuing Ecosystem Services Together! Uma das principais ações de defesa do Conselho é a promoção e implementação de Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos (PES) em toda a bacia hidrográfica. O PES tem sido uma ferramenta financeira emergente para a restauração, conservação e proteção ambiental, tanto para Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Unidades de Governo Local (LGUs) sob a abrangência do CDORBMC para salvaguardar e melhorar o fluxo contínuo de serviços ecossistêmicos. Um PES de diferentes modalidades é implementado em toda a bacia hidrográfica, tanto com base em LGU quanto em ONGs.

Uma das abordagens únicas de PES é o caso da Associação Tribal Miarayon-Lapok-Lirongan-Tinaytayan (MILALITTRA), que restaura seus domínios ancestrais. Os Povos Indígenas são vendedores de serviços de ecossistema de fornecimento de água e controle de enchentes para compradores a jusante na cidade urbana e compradores da cidade urbana a jusante de Cagayan de Oro, que se beneficiam de serviços de ecossistema. Os fundos são gerenciados por uma ONG terceirizada que administra os fundos e desenvolve a capacidade da associação tribal.



Na cabeceira adjacente, outra modalidade de PES foi estabelecida no Fundo Talama pelas ONGs Integradas Kitanglad (KIN), um fundo de seguro para os guardas florestais indígenas. O Talama é um fundo fiduciário como um sistema de recompensa e incentivo para o Conselho de Anciãos e os Voluntários da Guarda Kitanglad. Os fundos são um sistema de ação de graças e gratidão a essas pessoas que ajudam permanentemente a proteger e conservar as áreas circundantes do Monte Kitanglad. O Fundo Talama é visto como um caminho para encorajar a sustentabilidade dos sistemas indígenas e práticas de conservação para proteger o Monte Kitanglad.





Um pacto consuetudinário sagrado da Unifrutti Filipinas por meio da Fundação Hineleban Inc. associa as sete (7) tribos de Bukidnon no uso de suas terras ancestrais para o plantio de banana e abacaxi. Eles protegerão a bacia hidrográfica e farão uma reabilitação massiva da bacia hidrográfica como sua contribuição para garantir o fluxo de serviços ecológicos. A Unifrutti contribui anualmente com P1, 000 / ha / ano para banana e 500 / ha / ano para plantações de abacaxi como seu reconhecimento à Tribo Talaandig de Bukidnon como detentora de concessões, elegibilidade e direitos nativos por estatutos sobre a lei da terra.

A Associação Tribal Mirayon-Lapok-Lirongan-Tinaytayan (MILALITTRA), ONGs Integradas Kitanglad e a Fundação Hineleban são bons modelos de setor privado e associação tribal local em parceria com recompensas para o meio ambiente.



Os decretos sobre PSA pelas Unidades de Governo Local (LGUs) também estão avançando muito. Na cidade de Cagayan de Oro, o conselho legislativo já aprovou seu decreto PES após 6 anos de lobby; ele vem com uma alocação anual de PhP 10 milhões de pesos para proteger seus serviços ecossistêmicos, uma abordagem única e inovadora para LGUs nas Filipinas. O fundo será implementado pelo Escritório Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais (CLENRO) para a conservação, proteção e restauração de bacias hidrográficas, arborização urbana e estabelecimento de bolsões verdes de bacias hidrográficas e sub-bacias hidrográficas da CDORB dentro da jurisdição da cidade de Cagayan de Oro.

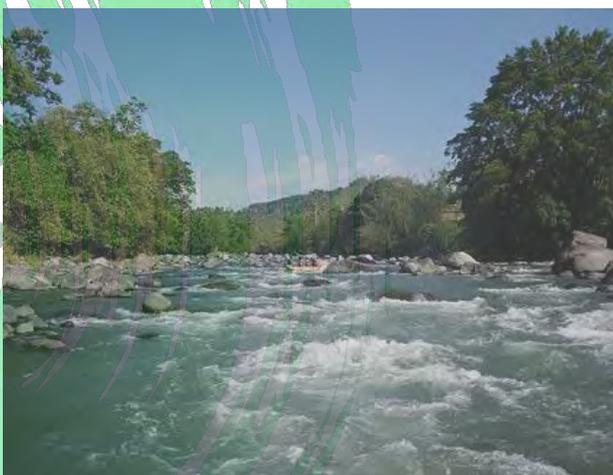
As LGUs adjacentes também contribuíram significativamente para a urgência de reabilitar as áreas de planalto do CDORB. Em 2019, a LGU Libona aprovou sua regulamentação PES revisada, que acarreta uma taxa atrelada ao tipo de negócio, e uma cobrança fixa para os consumidores residenciais. Os fundos serão usados na reabilitação da floresta próxima e áreas ribeirinhas, que sofrem principalmente o efeito da erosão maciça do solo e conversão de terras.





A LGU de Talakag aumentará o apoio ao PES existente da MILALITRA no monte Kalatungan dentro de sua jurisdição geográfica, adicionando também cinco pesos na conta mensal de água de residências e estabelecimentos comerciais.

A LGU de Baungon ainda está em dúvida sobre qual serviço ecológico enfocará, mas é um exemplo muito bom para LGUs no processo de promover uma iniciativa de PSA em sua legislação local.



A maior contribuição das Unidades de Governo Local de Cagayan de Oro, Libona, Baungon e Talakag é o fornecimento do apoio político e reformas necessárias que beneficiam seus constituintes e seu meio ambiente. Os defensores ambientais no poder legislativo do governo são uma vantagem crítica no processo de lobby e defesa. Da mesma forma, o governo fornece a plataforma para que as pessoas se envolvam e participem da proteção de nossos recursos e de todo o ecossistema.

No geral, reconhecemos que os serviços ecossistêmicos são muito críticos para o bem-estar humano. Porém, precisamos de fundos para garantir o fluxo desses serviços e que o PSA possa ser um mecanismo impulsionador para a proteção, reabilitação e conservação ambiental. Mais importante ainda, isso mostra que mesmo com a diversidade de interesses dos diferentes atores, seja na LGU ou na coalizão de CSO, se houver uma visão comum compartilhada para o meio ambiente, todos estarão abertos, comprometidos e dispostos a trabalhar em conjunto ao ver a interdependência entre eles.

